

SUJEITO E PÓS-MODERNIDADE

Marcos Gustavo Richter*

Em meados da década de 70, começa a se delinear, de forma cada vez mais nítida, um novo quadro de produção, distribuição e consumo de bens simbólicos a nível mundial, inaugurando a pós-modernidade. A esta altura, em que a aproximação do final de século nos autoriza a lançar um olhar retrospectivo sobre a contemporaneidade, podemos constatar que as forma de produção da vida material e intelectual nascidas por volta da segunda década sofrem, cerca de meio século após, uma inflexão de ordem qualitativa e quantitativa.

Sem dúvida existem diversos fatores envolvidos nessa inflexão, abrindo um amplo leque de discussões. Mas, para servir de relação produção/consumo. Todos sabemos que na primeira fase da revolução industrial ocorre um aumento brusco da produção em relação ao consumo, produção essa rapidamente absorvida com a democratização deste último. No entanto, após cerca de dois séculos que acompanharam fases de superprodução, crises e reacomodações, a situação se inverte: o consumo é que se agiganta diante de uma produção que há tempo não consegue acompanhá-lo.

Paralelamente, uma consciência mais ingênua tem a impressão de que finalmente o consumo democratizou-se em escala mundial, principalmente em termos de bens simbólicos. Produz-se para que todos, ou quase todos possam usufruir sem distinção.

Aí, porém, reside um paradoxo. Porque o que se encontra hoje disseminado culturalmente em abundância difere de maneira substancial daquilo a que os consumidores de algumas gerações atrás tinham acesso.

* Professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria.

Neste último caso, o bem cultural era usufruído em sua concretude: exposições de pintura ou escultura, espetáculos de teatro ou de ópera, concertos. Além disso, pelo menos até quase o final do século passado, havia espaços e situações na cidade relativamente rarefeitos de signos estéticos ou de formas estetizantes de percepção.

Já os indivíduos hodiernos, massa incomparavelmente agigantada em face do público da era romântica, não assimilam hoje mais que simulacros, nada mais que fantasmas culturais.

Examinemos mais de perto este desconcertante panorama, a partir da perspectiva do sujeito.

Não se ignora, desde Marx, que as formas de consciência são determinadas pelo modo de produção da vida material. Sendo assim, fica fácil entender como a forma-sujeito muda substancialmente do contexto feudal para o burguês, tendo em vista que no primeiro caso temos a forma de sujeição pessoa/pessoa, incompatível com a idéia de livre iniciativa, e no segundo, a forma de sujeição pessoa/Estado, associada à idéia de um sujeito jurídico considerado livre e responsável. Claro está que, à medida que esta forma-sujeito vai-se firmando, sedimentam-se os requisitos de uma *autonomia do sujeito*. Até a época clássica, o sujeito, ao falar, é (ou deveria ser) reconduzido às verdades do mundo das essências. A função-sujeito implicava a reabsorção deste na relação de adequação entre o discurso e os seres dos quais trata esse discurso.

Mas por um deslocamento, incipiente a princípio e por fim incisivo na segunda metade do século XVIII, o sujeito, antes subordinado à verdade de seu discurso, torna-se a *fonte* desse discurso. Ou seja, o sentido passa a "vir de dentro", é um *ato do sujeito*.

Em conseqüência, o sujeito deve a partir deste momento buscar o referencial do mundo "em seu interior". Ao mesmo tempo, dicotomiza-se em dois pólos: o da objetividade – a letra, o signo, o visível, o operatório, o quantificável; o da subjetividade – o inefável, o indizível, a indeterminação. Para que haja compatibilidade entre estas duas polaridades, a emergência da modernidade traz também consigo o deslocamento do olhar conhecedor: de agora em diante, o eu está destinado ao paradoxo de um olhar sobre si constituído fora de si. O foco do Outro é o aval e perspectiva necessária para que o eu se desdobre no ato de conhecer.

Courtine e Haroche oportunamente escrevem:

o observador, de agora em diante exterior, registra somente a emoção visível. O que mudou, mais que o próprio objeto, foi a posição do sujeito que observa, na medida em que determina o que

*do objeto se encontra a partir daí entregue à observação: notamos esta descontinuidade, salientando que aí se operam, ao mesmo tempo, um distanciamento do sujeito observador e uma semiologização do objeto observado.*¹

Em outras palavras, a observação flagra corpos, exterioridades que devem significar indiretamente, através de índices, de metonímias cuja validade deve ser antes de mais nada estatística (como preconiza o empiricismo), quantificada, mas, além disso, essas exterioridades passam a ser enigmas a decifrar.²

No contexto urbano, a fugacidade das imagens também vai modificar o olhar que o atravessa. O olhar torna-se um sentido exacerbado, como que tentando a todo custo reter o que está destinado a passar como num lampejo. Por outro lado, esse olhar não assimila, apenas "passeia" sobre um mar de signos que não é apenas disseminação, alastramento, mas também superposição de imagens. A cidade converte-se em uma enorme vitrine, onde os corpos e seus reflexos passeiam simultânea e indiscriminadamente.

Retraçando o percurso que vimos fazendo até este ponto, o sujeito, que na vigência das relações de produção feudais ancora-se num referencial consistente, baseado na similaridade macrocosmo/microcosmo e na sujeição interpessoal, é alijado do lugar que ocupava, passando a preenchê-lo pela racionalidade. Em conseqüência, o "centro" existencial antes ocupado por Deus será agora ocupado pelo homem. O intelecto torna-se o "centro laico" e o mundo se impregna de uma linguagem matemática que o racionaliza em termos de um mecanicismo de caráter domesticador.

Num contexto deste tipo, o empenho em descartar o acaso é muito forte, já que o racionalismo cartesiano procura prever e ordenar tudo. Mas na segunda metade do século XIX, este centro laico abala-se seriamente por diversos motivos. Em primeiro lugar, os fundamentos epistemológicos até então em vigor alicerçavam-se numa dicotomia objetivismo/subjetivismo (empirismo lógico/racionalismo cartesiano) que obliterava a distinção verdadeiro/verossímil. Explicando melhor, os alicerces seiscentistas da ciência moderna davam relevância à noção de *sistema* na medida em que as relações organizadoras do mundo, ditas "emanadas" do intelecto humano,

¹ COURTINE, J. J. e HAROCHE, C. "O homem perscrutado – Semiologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XX". In: ORLANDI, E. et al. *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUC, 1988. p. 47.

² Este fato nada tem de estranho numa ótica lacaniana. A metonímia, isto é, o encadeamento de significantes que remetem uns aos outros, é um processo que "barrá" os significados. A conseqüência disso, naturalmente, é transformar o mosaico de signos em mosaico de enigmas.

correspondiam mais de perto à verdade das coisas do que à *adequação intelecto/coisa*, responsável pela questão acerca do referente. O sensível desqualifica-se em favor do racional. Ora, o fenômeno urbano traz sérios problemas para a subsistência dessa forma-sujeito: as cidades são verdadeiros formigueiros de hipercomplexidade, onde se entrecruzam linguagens, estruturas e percepções as mais díspares, fugazes, assistemáticas. Na verdade, a cidade é o ecossistema da consciência humana, mimetizando a organização entrópica, polivalente do cérebro humano. Como decorrência, o sujeito cartesiano vai entrando em dissolução: agora é possível pôr diante do sujeito que assiste às aparências em contínua metamorfose a questão do verdadeiro mas absurdo, do falso mas coerente: "... *na modernidade a dúvida não se dá mais no plano do sensível, porque se duvida do próprio inteligível.*"³

Em segundo lugar, na grande cidade, perde-se a capacidade de olhar. O olho vai sofregamente de encontro à fugacidade das coisas, mas este olho é um "olho sem mente", olhar ausente identificado com a frieza objetiva de uma câmera fotográfica. Decorre que a perda da dimensão do olhar equivale à perda da condição de sujeito: todo fenômeno ou aparência só pode sê-lo na medida em que haja um sujeito ao qual assim se configurem.

Em terceiro lugar, devemos lembrar que o apagamento do sensível em prol do racional nada mais é que um recurso ideológico de escamoteamento da origem proletária do fazer técnico. A mestria implica a apropriação do fazer da classe trabalhadora sob a forma de um "saber" abstrato e sistematizado e o apagamento da origem dessa práxis por meio do "recalque do sensível". Mas o Marxismo revela essa contradição, abrindo uma fenda no que parecia um conhecimento assepticamente gerado "no entendimento humano". O racional passa a ser um racional enfermo.

Finalmente, a razão moderna não mais se identifica quer com a certeza subjetiva da razão cartesiana, quer com a certeza sensível hegeliana. Temos então, de acordo com Benjamin, a experiência do *limiar*, a consciência dos limites. A consciência situa-se, podemos dizer, semioticamente no intervalo, na interface dos fenômenos. O presente é um renascer contínuo, diante de um passado que é sonho. A fotografia põe o cadáver das coisas para viver eternamente. E assim por diante.

³ MATOS, O. "Imagem sem objeto". In: Novaes, A. (org.). *Rede imaginária - Televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 28.

Assim é o sujeito que ingressa no século XX. Encena a experiência do limiar, sonda seus próprios limites. Trata-se, assim, de uma forma-sujeito funcionando na luta, no conflito, no alargamento progressivo de horizontes. As vanguardas históricas mostram bem esta situação. Diríamos, a partir de uma ótica peirceana, que a categoria básica na qual o sujeito opera é a secundidade: ação-reação, exercício da força, da ruptura, da transgressão.

Há uma série de elementos capazes de caracterizar a relação entre o sujeito da primeira metade deste século aproximadamente e sua produção de bens culturais. Sem sermos exaustivos, vamos elencá-los sucintamente.

Esse sujeito compartilha duas perspectivas que coexistem em luta e, sob certos aspectos, mesmo em contradição: de um lado, ele ainda se manifesta do lugar burguês, e fica clara sua tendência de afirmar-se individualmente à maneira fichteana – o eu encontra seu estatuto em conflito com o não-eu; de outro lado, o marxismo, as ideologias de esquerda deslocam o sujeito-indivíduo em detrimento do sujeito-massa, além de chamarem a atenção para a integração entre o gesto artístico e a vida concreta, presente mas teleologicamente valorizada.

Esses pressupostos explicam, genericamente, estas características da fase "moderna" da contemporaneidade (em termos de vanguardas históricas, o movimento Dadá será uma exceção: seu parentesco é com a pós-modernidade):

1. arte engajada com a vida;
2. busca da totalidade da vida do sujeito;
3. motivação ideológica;
4. espaço de estetização urbano;
5. orientação para o futuro, visto como linear e ascensional;
6. aumento da criatividade, vista como esforço em direção ao novo;
7. ação transformadora;
8. produção predominando sobre o consumo;
9. cultura-trabalho, geradora de objetos concretos;
10. mitificação da máquina e do maquinal na arte: isto porque, naquele contexto, a máquina é vista como meio à disposição do homem para romper limites;

11. gesto artístico de mestria.⁴ Neste caso, a ênfase está na necessidade e não no consumo (que caracterizará o pós-moderno). Sob este aspecto, o sujeito moderno se assemelha em alguns pontos ao super-homem de Nietzsche.

Nesta fase ainda subsiste, agonizante, a idéia romântica de "gênio", fadada a desaparecer na pós-modernidade.

Para ingressarmos na pós-modernidade, diversos fatores concorreram e não pretendemos nos alongar neste ponto. No entanto, um fator de ordem estrutural e outro de ordem superestrutural merecem menção. O primeiro se refere à dissolução dos limites geográficos, políticos e econômicos dos sistemas produtivos. Temos, por exemplo, a transnacionalização das empresas, que podem produzir em diversos cantos do globo diversos componentes para seus produtos. A dimensão "trans" da política pode ser atestada, digamos, no fato preocupante de que, progressivamente, algumas poucas megaempresas vão devorando a propriedade de canais de tevê, jornais, livros, revistas etc., chegando a influir nas formas de consciência de virtualmente o mundo todo, bem como regendo as mudanças econômicas de forma que atendam a seus interesses. Sobre os novos "donos do mundo",

Juntos, eles exercem um poder homogeneizador sobre as idéias, a cultura e o comércio que afeta as maiores populações de que se tem notícia na história. Nem César, nem Hitler, nem Franklin Roosevelt e nem qualquer papa tiveram tanto poder como eles para moldar a informação da qual tantas pessoas dependem para tomar decisões sobre qualquer coisa – desde em que votar, até o que comer.⁵

Quanto ao fator superestrutural, tem-se um agravamento da dissociação entre signo e referente concreto: vivemos um contexto de desreferencialização e de des-historicização.

Só com estas duas vertentes, são vastas as conseqüências. Para tratar da des-historicização, o sujeito da pós-modernidade vive em um tempo mítico, cíclico. A progressão linear ascendente da história perdeu-se, e esta reduz-se a uma simulação. As utopias transformaram-se em sonhos mortos que andam como zumbis em meio à indiferença geral. Religiões, projetos, ideologias entram na ciranda do "descartável". O

⁴ Usando-se a terminologia lacaniana. Trata-se de um sujeito que assume a postura de sujeito do desejo e tenta uni-lo à práxis.

⁵ Bagdikian, apud FERREIRA, A. "As redes de TV e os senhores da aldeia global". In: NOVA-ES, A. (ORG.). Op. cit., p. 156.

indivíduo pós-moderno sofre de nomadismo ideológico, quanto às linhas de pensamento e crenças "tanto faz", mas trata-se de um sujeito debilitado, mal definido, anestesiado diante das proporções colossais de um projeto totalitário transnacional.

Essa ciclicidade é ameaçadora, na medida em que literalmente *tudo* deixa de ser produzido para ser reproduzido, e em série. Concebido como substância informática, mesmo o indivíduo é sugado para dentro do redemoinho da clonagem. A matriz prolifera irrefreada, e paradoxalmente não há mais "original" – exceto como um projeto abstrato. A arte, pelo acúmulo, banalização, apagamento de diferenças, desaparece, de um lado, e de outro infiltra-se na semiosfera (camada semiótica que recobre o todo cultural) na forma de estetização das mensagens.

A desreferencialização tem ligação estreita com a invasão e acúmulo dos signos na vida humana. A saturação sígnica que atua como uma furiosa bola de neve de metonímias do significante promove o descolamento ou a desancoragem das imagens/mensagens de qualquer referencial inequívoco. De valor passamos a adotar o fantasma do valor; da política, adotamos o fantasma da política; nem ao menos "produzimos" materialmente falando. São as extensões do homem que produzem, e este, como terminal final de consumo, entrega-se ao mero espetáculo da produção. A forma marxista de apropriação da natureza pelo homem já é, hoje, estranha a este: ver, sentir os objetos dá lugar ao show do toque, da visão, da percepção. O homem tornou-se também imagem que se justapõe às demais nesse encadeamento incessante de significantes. Encadeamento esse "barrado" do significado, como nos ensina Lacan, e tanto mais profuso quanto mais atesta o empobrecimento geral da vivência humana, tornada um poço de desejo sem fundo. Com efeito, a imagem multiplicada febrilmente só consegue atestar a falta no sujeito: o sujeito pós-moderno é um sujeito histericizado, para o qual há uma mestria totalitária que se serve disso.

Podemos a esta altura sintetizar e completar o quadro das características do sujeito da pós-modernidade:

1. Sujeito débil, de estatuto incerto ("trans"), abstratificado, indiferente e faltoso exatamente como o histórico lacaniano, não apenas descentrado de si, mas "sem centro", qualquer que este seja: desde o racionalismo, o homem renunciara ao centro extra-humano; desde a fase romântica, o homem passou a ver-se a partir do olhar do Outro; mas mesmo este Outro, com a "cultura" (!) da clonagem, desapareceu.

Vejam os este comentário de Baudrillard:

*... o Outro como olhar, o Outro como espelho, o Outro como opacidade acabou. Doravante, é a transparência dos outros que se toma absoluta. Já não há o Outro como espelho, como superfície refletora; a consciência de si está ameaçada de irradiação no vácuo.*⁶

2. Percepção estética unindo sensualismo e hiper-racionalidade. Em outras palavras, a semiosfera pós-moderna é um estranho caldo de caos e rigidez sistêmica: convivem em fraternidade pragmática as categorias peiceanas de primeiridade (para o caso do sensualismo) e de terceiridade (em relação à hiper-racionalidade).

3. O universo é reproposto como artístico, como imagem a consumir. O universo enquanto espetáculo é perigosa ferramenta de domesticação e de manipulação invisível da opinião pública. Por exemplo: o vídeo-clip, cujo objetivo é promover artistas e suas gravações, apaga-se como propaganda na medida em que disfarça esta de show.

4. O sujeito sem Outro passa a ser sujeito atomizado, molecularizado. Toda ação de caráter gregário, conjunto, enfraquece-se sobremaneira. Na verdade existe o Outro; só que invisível. Na primeira fase do estágio do espelho de Lacan, a criança tenta achar uma pessoa atrás do espelho, que a reflete, e não encontra; o sujeito da pós-modernidade não encontra reflexo da superfície para a qual olha, mas se espiasse atrás dela, *encontraria* alguém: exatamente os "donos da aldeia global", os detentores dos fatores de produção de mensagens.

5. Se a pós-modernidade se caracteriza pela indiferença à especificidade dos códigos artísticos e se esquiva de redefini-los, eis a consequência natural: a forma genuína de "Arte" na presente época é o Kitsch.

6. Ao lado da kitschização da produção, temos a perda de força política do gesto artístico. Hoje, nada mais choca: tudo é possível, "normal", o "incrível" não é o improvável, e sim o mais apto a dar espetáculo. O gesto artístico atual é, ele próprio, misto de show e de caricatura. Vácuo e paródia.

Podemos notar, na literatura, a marca conspícua da desreferencialização na involução por que passou a personagem de ficção. A personagem é uma figura literária que acumula três dimensões: funcionalidade, temporalidade e referencialidade (esta última em termos de um mundo possível ficcional). É possível termos uma personagem

⁶ BAUDRILLARD, J. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas: Papirus, 1990. p. 129

sem função. Ela apenas serve de elemento contextual para o desenrolar da trama, caracterizando o pano de fundo em que os valores são postos em causa e a transformação narrativa se opera. É possível também, além disso, uma personagem "sem temporalidade". Não é muito simples caracterizá-la, mas podemos dizer que esta situação envolve a construção de uma personagem que entra numa rede semântica na qual o tempo não transcorre, ou não o faz segundo a linearidade do mundo possível real. Porém, será com a desconstrução completa da personagem, com o estilhaçamento dos semantismos capazes de construir uma referencialidade ficcional, que teremos a chamada anti-personagem, segundo Segolin.

Num texto deste último tipo, em que não é mais possível recuperar qualquer forma de mimese, a obra se reduz a um ato escritural, a escritura passa a narrar a sua própria história gestual. É como se, na impossibilidade pós-moderna de significar, a ânsia de revelar o próprio gesto quisesse mostrar que, afinal, no código o homem se finge, se esconde, não mostra a si próprio, mas uma sombra, um duplo. Sua escritura passa a incorporar a liberdade que reside fora do código, transforma-se numa máquina libidinal a engendrar, em, com e sob um texto irrepetível, a pulsão reveladora da verdade de um sujeito que o nosso projeto totalitário pretende produzir como debilitado, zerificado.

Tentaremos agora esboçar nossa conclusão em breves palavras, à guisa de síntese. Procuramos seguir o trajeto da forma-sujeito desde o contexto feudal até os nossos dias, mostrando que esse caminho operou, em etapas sucessivas, o alijamento do sujeito cognoscente/agente de seu centro de referência, produzindo primeiro um deslocamento do sujeito em relação a um mundo capaz de servir-lhe de orientação; a inversão do sentido do seu olhar cognoscente, que de interno ao indivíduo torna-se externo a este; finalmente, com a dissolução da ancoragem do Outro-Lei em um referente palpável, a especularização desaparece, trazendo a narcose dos mecanismos identificatórios e por fim a debilitação do sujeito como agente, lado a lado com uma maleabilidade ideológica surpreendente. Tudo isso para que a forma-sujeito hodierna se adapte a relações de produção em que basicamente o que se produz no mundo é *linguagem* e, pela serialização, uma pequena produção seja compatível com um desmesurado consumo.